

## Regulamento da modalidade de formação Curso de Formação

O Regime Jurídico de Formação Contínua de Professores (RJFCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de Fevereiro, determina, no n.º 3 do seu artigo 6.º e no n.º 1 do seu artigo 19.º, que a regulamentação para acreditação e creditação das modalidades de formação contínua é da competência do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC).

No artigo 4.º daquele Decreto-Lei são definidos os objetivos da formação contínua:

- a) a satisfação das prioridades formativas dos docentes dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, tendo em vista a concretização dos seus projetos educativos e curriculares e a melhoria da sua qualidade e da eficácia;
- b) a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados da aprendizagem escolar dos alunos;
- c) o desenvolvimento profissional dos docentes, na perspetiva do seu desempenho, do contínuo aperfeiçoamento e do seu contributo para a melhoria dos resultados escolares;
- d) a difusão de conhecimentos e capacidades orientadas para o reforço dos projetos educativos e curriculares como forma de consolidar a organização e autonomia dos agrupamentos de escolas ou das escolas não agrupadas;
- e) a partilha de conhecimentos e capacidades orientada para o desenvolvimento profissional dos docentes. Significa isto que a formação contínua deverá, em benefício da aprendizagem, promover inequivocamente a qualidade do ensino, pelo que o aperfeiçoamento profissional dos/as docentes, sobretudo no que respeita ao desempenho em sala de aula, constitui a sua principal finalidade. A materialização desta finalidade articula-se ainda com a política educativa, os projetos educativos e curriculares dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, os resultados da avaliação das escolas e dos/as alunos/as e as necessidades identificadas pelos/as professores/as.

1. O Curso de Formação é uma modalidade de formação contínua cujos fim e função são a aquisição, a atualização, o alargamento e o aprofundamento de conhecimentos científicos e pedagógico-didáticos e de competências profissionais especializadas.

2. Os objetivos e os conteúdos de um Curso de Formação articulam-se obrigatoriamente com os objetivos e as áreas da formação contínua descritos no RJFCP – Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores.

3. A duração mínima de um Curso de Formação é de 12 (doze) horas.

4. Para que um Curso de Formação funcione não é estabelecido um número mínimo nem máximo de formandos/as. Recomenda-se, todavia, que esse número seja criteriosamente adequado aos objetivos a cumprir e que não ultrapasse os 30 (trinta) formandos/as por ação, salvo nos casos previstos de realização em regime de ensino a distância em formato de *e-learning* (online síncrono ou assíncrono) ou de *b-learning* (conjugação de sessões presenciais conjuntas e sessões não presenciais online síncronas ou assíncronas).

5. O CCPFC considera três tipos de sessões de formação:

a) “sessão presencial conjunta” – quando todos/as os/as participantes estão fisicamente presentes;

b) “sessão online síncrona” - quando todos/as os/as participantes estão envolvidos/as numa atividade conjunta online (e.g., chat, vídeo-conferência);

c) “sessão online assíncrona” – qualquer atividade online relacionada com a ação que não exija participação simultânea dos formandos/as e dos/as formadores/as (e.g., fóruns de discussão).

6. Cabem também na modalidade de Curso de Formação colóquios, congressos, simpósios, jornadas e iniciativas congêneres que se organizem em função de uma temática. Neste caso, as entidades devem respeitar, de modo integral, o estipulado para a modalidade de Curso e, quando aplicáveis, outros elementos, nomeadamente os que se referem à avaliação e ao controlo e registo da assiduidade. Recomenda-se ainda que, nestes casos, o número de formandos/as não ultrapasse os 30 (trinta) por formador/a.

7. As ações incluídas na modalidade de Curso de Formação poderão assumir, do ponto de vista metodológico, um carácter exclusivamente teórico e/ou teórico-prático concretizando-se preferencialmente em sessões conjuntas e segundo um regime presencial. Admite-se, contudo, que um Curso de Formação possa funcionar em formato de *e-learning* ou de *b-learning*, desde que pela entidade formadora tal seja devidamente fundamentado e sejam respeitados e evidenciados todos os pressupostos elencados mais adiante

8. Em qualquer das modalidades submetidas, a acreditação pelo CCPFC e a avaliação dos/as formandos/as obedecem aos seguintes requisitos:

a) para que o seu trabalho possa ser avaliado, os/as formandos/as terão de cumprir, como assiduidade, um mínimo de dois terços do tempo previsto para as sessões presenciais e/ou online, pelo que o registo rigoroso de presenças deve ser sempre acautelado. No caso de colóquios, congressos, simpósios, jornadas e iniciativas congêneres devem ser estabelecidos mecanismos que garantam o controlo efetivo das presenças nas diversas sessões;

b) a assiduidade não pode ser considerada um parâmetro da avaliação;

c) a avaliação tem de contemplar pelo menos a realização de um teste ou de um trabalho individual, sob forma escrita; em casos justificados em que não seja adequada a forma escrita, deverá ser garantida a sua apresentação presencial;

d) deve também ser rigorosamente observado o estipulado nos n.ºs 1 a 4 e 7 a 9 do artigo 4.º do Despacho n.º 4595/2015 do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar, publicado no Diário da República, 2.ª Série, N.º 87, de 6 de Maio:

- A avaliação dos formandos orienta-se por princípios de rigor e transparência, sendo obrigatório no início de uma ação de formação a divulgação aos formandos dos instrumentos, processos e critérios utilizados.

- A responsabilidade final da avaliação cabe à entidade formadora mediante proposta escrita e fundamentada do formador.

- Do resultado da avaliação realizada nos termos do número anterior cabe recurso no prazo máximo de 10 dias úteis após a divulgação dos resultados, para o órgão científico e pedagógico da entidade formadora.

- A decisão do recurso é notificada no prazo máximo de 20 dias úteis, após o prazo referido no número anterior.

e) nos termos dos números 5 e 6 do artigo 4.º do mesmo Despacho, a avaliação a atribuir aos/as formandos/as é expressa numa classificação quantitativa na escala de 1 a 10 valores, tendo como referente as seguintes menções: Excelente — de 9 a 10 valores; Muito Bom — de 8 a 8,9 valores; Bom — de 6,5 a 7,9 valores; Regular — de 5 a 6,4 valores; Insuficiente — de 1 a 4,9 valores.

9. As ações de formação na modalidade de Curso de Formação, com exceção de colóquios, congressos, simpósios, jornadas e outras iniciativas congéneres, podem funcionar em formato de *e-learning* ou *b-learning*.

A distribuição da carga horária pelas diversas tarefas, síncronas ou assíncronas, deve ser sempre explicitada. Em todo o caso, o regime de ensino a distância em formato de *e-learning* ou de *b-learning* só pode ser admitido desde que adicionalmente comprovada a vantagem desse modelo para os/as formandos/as – que não poderão ser, por formador/a, mais do que 15 (quinze).

A entidade formadora deve garantir:

- a) a existência de uma equipa técnico-pedagógica que assegure o manuseamento e o controlo das ferramentas e dos procedimentos necessários à realização da ação;
- b) a implementação de um Sistema de Gestão da Aprendizagem (SGA) / *Learning Management System* (LMS) adequado à formação a distância e a aplicação de metodologias diversificadas de suporte, incluindo sistemas de comunicação síncronos e/ou assíncronos, objetos multimédia para apresentação e demonstração de conteúdos e competências, documentos para leitura e reflexão e tarefas para auto-monitorização da aprendizagem;
- c) um momento de avaliação individual, preferencialmente escrita e presencial, ainda que não no local da sede da entidade formadora. São por isso autorizadas parcerias que viabilizem a realização dessa avaliação noutros locais. Será admitida a modalidade de avaliação por videoconferência, garantindo a comprovação da identidade do/a formando/a e o registo da avaliação no SGA/LMS.

*O presente Regulamento foi aprovado em reunião plenária do CCPFC realizada em 9 de Maio de 2016 e entrou em vigor a 1 de Setembro de 2016.*